

Entre o céu e o inferno: um olhar inédito sobre as embaixadas de obediência enviadas por D. Manuel I ao papa no início de Quinhentos

Paulo Catarino Lopes
(IEM-CHAM-FCSH/NOVA-FCT)*

Resumo

Plenas de significado histórico e antropológico, as embaixadas de obediência enviadas por D. Manuel ao papa no dealbar de Quinhentos constituem um precioso testemunho quer do quotidiano na *Cidade Eterna*, quer dos meandros políticos da cúria nesta época de viragem onde tudo parece acontecer em solo itálico.

Um viajante português que se deslocou a Roma em 1510, e onde ficou durante sete anos, constrói um retrato tão expressivo quanto incisivo destes marcantes momentos diplomáticos, em particular enquanto sinónimo de festa, símbolo de poder e veículo privilegiado de propaganda ideológica.

Estudar as embaixadas portuguesas à cúria pontifícia na transição do século XV para o século XVI pela voz de tal protagonista representa, na essência, mergulhar no próprio coração do imaginário do Renascimento.

Palavras-chave

embaixadas de obediência, Portugal e Roma, diplomacia, festa, poder.

* Artigo desenvolvido no âmbito do projeto de Pós-doutoramento financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) com a referência: SFRH/BPD/97963/2013.

A 21 de maio de 1510, um anónimo fidalgo parte de Chaves em direcção a Roma, para só regressar a Portugal em setembro de 1517. Com base nessa demanda pela península itálica redige, mais tarde, um extenso relato intitulado *Tratado que hum criado do duque de bragança escreueo pera sua senhoria dalgumas notauees cousas que vio hindo pera Roma. E de suas grandezas E Jndulgençias, E grandes aconteçimentos que laa socçederam em espaço de sete años que hi esteue*.

A grande maioria da matéria inclusa na obra – que passou a ser conhecida como *Memórias de um Fidalgo de Chaves*¹ – versa sobre acontecimentos ocorridos em Itália durante o período em que o autor aí viveu. As personagens evocadas enquadram-se, igualmente, neste arco temporal.

Espelho de um contexto espaço-temporal fundamental da história europeia, as *Memórias* representam um singular testemunho português sobre a vida na capital da Cristandade na primavera de Quinhentos. A juntar a esta, *per se*, condição de exceção, destaca-se o facto de ter um único destinatário: D. Jaime (1479-1532), 4.º duque de Bragança, de quem o autor é criado: “E feita oração me fui aposentar A çidade onde estiue sete anos E onze dias, trabalhando neste tempo de ver E de saber as cousas notauees que se em Roma E naquellas partes passaram pera dellas saber dar conta a vossa Jlustrissima senhoria”².

As *Memórias* são pluritemáticas. No entanto, ao longo do seu extenso *Tratado*, o autor dedica uma especial atenção a determinados temas, nomeadamente a diplomacia e as embaixadas de obediência ao papa nos alvares do século XVI.

É nossa intenção nas páginas seguintes refletir sobre o testemunho do anónimo viajante flaviense relativamente a duas delegações específicas: as embaixadas de obediência enviadas por D. Manuel I de Portugal (1469-1521, rei desde 1495) a Leão X (1475-1521, eleito papa em 1513).

Na essência, pretendemos obter respostas a um conjunto de questões que consideramos fundamentais ao nível da política externa praticada na Europa ocidental coetânea, nomeadamente: em que medida estas comitivas diferem das dos séculos anteriores, ou seja, as “puramente” medievais? Que repercussões culturais, artísticas e políticas tiveram tais delegações? Como reagiu a capital da Cristandade ao seu desfilar?

1. O DOCUMENTO

Integradas na *Colección de Don Luis de Salazar y Castro* da Academia de História de Madrid com a classificação N-76 / Varios Portugueses (Signatura 9/I.081, folhas 136 a 227v), as *Memórias* ocupam os fólhos 136r-227v de uma miscelânea portuguesa, manuscrita e encadernada em pergaminho,

1 A partir deste ponto evocaremos a obra de forma abreviada: *Memórias*.

2 *Memórias*, fl. 139v.

que totaliza 250 fólhos e contém 39 peças. Trata-se muito provavelmente da cópia manuscrita de um original perdido em língua portuguesa, de autor anónimo. Apesar de não incluir qualquer data, o longo manuscrito, constituído por 92 fólhos redigidos ao que tudo indica por um único copista, apresenta uma caligrafia que o coloca em termos cronológicos na segunda metade do século XVI³.

As *Memórias* apresentam 106 capítulos claramente identificados e uma estrutura narrativa complexa e sinuosa, na medida em que o autor salta por vezes de tema para tema, acabando sempre, no entanto, por retomar o fio condutor da relação. No essencial, consta de uma breve introdução ou prólogo (não assinalada como tal), que exerce igualmente a função de título da exposição no seu todo⁴. Segue-se a descrição da viagem para Roma, que antecipa o tronco principal da narrativa⁵.

As pistas fornecidas pelo inominado autor, quando combinadas com os dados de que hoje dispomos, permitem concluir que a redação do texto final não terá acontecido antes de meados de julho de 1521 e em momento posterior ao início de dezembro do mesmo ano.

A política surge como o pano de fundo sobre o qual o viajante luso tece um amplo retrato da realidade italiana, em particular a romana.

Na essência, os dois papados que evoca, os de Júlio II (1443-1513, eleito papa em 1503) e Leão X, e que correspondem ao período em que permaneceu em Itália, constituem os eixos e as matrizes em torno dos quais todo o relato se vai desenvolver, seja em termos político-militares, seja em termos culturais ou de mentalidades, de que as festas são exemplo paradigmático.

As *Memórias* revelam uma singular consciência da importância do devir histórico enquanto fundamento e motor do desenvolvimento da sociedade humana. É a já moderna ideia da história como processo que o autor veicula no seu texto. A sua abordagem aos eventos narrados e à sociedade que contactou evidencia um modo de perceção *per se* novo e até original em relação a formas historiográficas anteriores⁶.

Neste ponto é pertinente realçar a tese de Peter Burke, que reclama que a historiografia renascentista introduz um novo conceito do passado, aquilo que nos dias de hoje se designa por “consciência histórica”. Burke

3 Assim se lhe refere o primeiro investigador que dele deu uma visão panorâmica, em artigo publicado em 1970. Cf. ASENSIO, Eugenio, “Memórias de um Fidalgo de Chaves (1510-1517), descripción de la Roma de Julio II y León X”, in *Memórias da Academia das Ciências*, Classe Letras, tomo XIII. Lisboa: Academia das Ciências, 1970, pp. 7-28.

4 “Tratado que hum criado do duque de bragança escreueo pera sua senhoria dalgumas notaeas cousas que vio hindo pera Roma. E de suas grandezas E Indulgenças, E grandes acontecimentos que laa socçederam em espaço de sete años que hi esteue”, in *Memórias*, fl. 136r.

5 *Memórias*, fl. 136r a fl. 139v.

6 Cf. BAGGE, Sverre, “Medieval and renaissance historiography: Break or continuity?”, in *The European Legacy*. Bergen: University of Bergen/Routledge, 2010, pp. 1336-1371.

defende que o Renascimento protagonizou um avanço fundamental no trabalho crítico com a evidência histórica, tendo dado origem à historiografia política no sentido real e moderno e, por outro lado, operado uma importante contribuição para a plena compreensão do indivíduo como agente político⁷.

Tomando, pois, como instrumento de análise o pensamento de Burke, as *Memórias*, na qualidade de texto histórico marcadamente renascentista, apresentam três novidades em oposição à historiografia de tradição medieval: em primeiro lugar revelam a história como feita e protagonizada pelo homem, eliminando as explicações religiosas que dominaram a forma de narrar medieval; depois, dão a ver a comunidade política já de acordo com o princípio do “humanismo civil”, ou seja, avaliando as ações humanas de acordo com a sua importância para a cidade ou o estado, em vez do tradicional ponto de vista da moralidade cristã (neste ponto, aproxima-se do pensamento de Nicolau Maquiavel [1469-1527] expresso n’*O Príncipe*); por último, na linha dos historiadores renascentistas, o Fidalgo não se limita a apresentar episódios individuais dramaticamente vividos, como é característico dos escritos históricos medievais, antes seleciona com critério uma série de eventos que considera essenciais e demonstrativos do que se passou em Roma durante o período em que habitou na cidade, os quais simplifica e unifica numa síntese coerente.

Dito de outro modo, o autor revela uma postura crítica ao nível da escrita já conforme os novos tempos. Uma postura onde o realismo, sobretudo das considerações políticas, toma o lugar do exemplarismo, na medida em que a moral cristã já não tem a predominância na construção do texto de carácter histórico, seja qual for a sua forma: relação, tratado, epístola, crónica, entre outros⁸.

Ao mesmo tempo que apresentam grande fluidez informativa e ecletismo de temas e situações, as *Memórias* alimentam-se do histórico e do factual. Isto faz com que o registo do texto se cruze com géneros tão diversos como o relato de viagens, a autobiografia, as memórias, a missiva (no sentido de carta de conteúdo político), a epístola de carácter pessoal, o diário, a crónica urbana ou de cidade⁹, a relação e, por último, o relatório. Uma mistura de vários tipos de registos que, saliente-se, acontece sem sobressalto.

A haver um género será, portanto, misto e remetendo sempre para a categoria geral de história. O que, por sua vez, faz com que a intenção de verdade – expressa, por exemplo, no recurso à cópia de documentos oficiais – sirva de instrumento de certificação e legitimação da mensagem

7 Veja-se BURKE, Peter, *Formas de Historia Cultural*. Madrid: Alianza Editorial, 2006.

8 Cf. BAGGE, Sverre, *op. cit.*

9 Na medida em que experimenta a narração de cenas de rua e de movimentações coletivas.

transmitida. Ou seja, o índice *verdade* é determinante no texto, na medida em que constitui, afinal, o seu objeto último: dar a ver ao destinatário do texto, ainda que filtrado pelo juízo avaliador do autor, o que se passou durante os sete anos em que este permaneceu na capital da Cristandade.

A redação apresenta um tom descritivo e um estilo quase confessional, onde o juízo de valor e a opinião pessoal estão bem patentes. Estes últimos atributos, para além do próprio colorido e da enorme vivacidade do texto, desempenham um papel essencial no conjunto da funcionalidade do mesmo.

A fazer recurso da classificação proposta por Oliveira Marques¹⁰, as *Memórias* integrar-se-iam entre as duas últimas categorias: *cartas missivas* e, sobretudo, *documentos diversos (ou escritos)*, na medida em que este último inclui “[...], memórias, relatórios [...], etc.”¹¹.

Perspicaz e arguto, o autor é um homem de ação, que experimenta e dá primazia ao vivido, não um escritor no pleno sentido do termo. Daí na sua escrita sobressair mais o homem interventivo nas coisas de um mundo em acelerada mudança do que o traço reflexivo do pensador.

De realçar a concordância histórica quer dos factos narrados, quer dos dados cronológicos – compare-se, a título de exemplo, as *Memórias* com as narrativas de autores coevos, em particular os historiadores Paolo Giovio (1483-1552), Francesco Guicciardini (1483-1540), considerado o “pai” da História Moderna, e Paride de Grassi (1470-1528), sendo que este último foi mestre das cerimónias pontifícias¹².

Já Aníbal Pinto de Castro chamara a atenção para esta sintonia factual e cronológica que garante às *Memórias* um inegável valor histórico: “É impressionante ver a coincidência dos pormenores referidos pelo Fidalgo, tanto no aspecto factual como na precisão cronológica, com os registos documentais mais seguros da época [...]”¹³.

10 “Todos os documentos que interessam à história se podem classificar em três grandes grupos: *actos jurídicos*, *cartas missivas* e *documentos diversos (ou escritos)*”. MARQUES, A. H. de Oliveira, “Diplomática”, in *Dicionário de História de Portugal*, Joel Serrão (dir.), vol. II. Porto: Livraria Figueirinhas, 1984, p. 309.

11 *Idem*, *ibidem*.

12 Cf. GUICCIARDINI, Francesco, *History of Italy*, vols. III a VII. London, printed by John Towers, 1753-1756; *Idem*, *Storie Fiorentine dal 1378 al 1509*, Alessandro Montecvecchi (a cura di). Milano: Biblioteca universale Rizzoli, 1998; GIOVIO, Paolo, *Elogios o vidas breves de los cavalleros antiguos y modernos*, [*Elogia virorum bellica virtute illustrium veris imaginibus supposita, quae apud Musaeum spectantur*, Florence, Officina Laurentii Torrentini Ducalis Typographi, 1551]. Granada: Casa de Hugo de Mena, 1568; GRASSI, Paride, *Il Diario di Leone X di Paride De Grassi, Maestro delle ceremonie pontificie*. Dal volumi manoscritti degli Archivi Vaticani della S. Sede, Mariano Armellini (a cura di). Roma: s. n., 1884; *Idem*, *Le Due Spedizioni Militari Di Giulio II: Tratte Dal Diario Di Paride Grassi Bolognese*. Bologna: BiblioBazaar, 2010.

13 CASTRO, Anibal Pinto de, “Uma voz do diálogo luso-italiano na época de quinhentos, a do ‘Fidalgo de Chaves’”, in *Mare Liberum*, n.º 2. Lisboa: CNCDP, 1991, p. 14.

2. A SITUAÇÃO EUROPEIA E A CENTRALIDADE ROMANA

Quando, “a xxxj. dias andados dagoosto da sobredita era de 1510”¹⁴, o autor entra em Roma, a Europa vive um dos momentos mais inquietos do seu percurso. A grande maioria das suas fronteiras internas ainda não está definida, sobretudo ao centro, mas também nas regiões setentrionais e a leste. Isto sem esquecer a fragmentada península itálica, verdadeiro laboratório onde se experimentaram as mais variadas formas de governo entre os séculos XV e XVI.

No entanto, foi igualmente a partir da aurora de Quinhentos que o *Velho Continente*, em mutação e reorganização contínuas, deu início a um processo de definição ao nível do pensamento político tão singular quanto identitário: o futuro pautar-se-ia não já pela medievalizante unidade tão proclamada pelo império e o próprio papado, mas antes pela busca do equilíbrio de poder entre potências, nomeadamente aquelas que então se encontravam em pleno processo de emergência e afirmação, a França e a Espanha¹⁵.

Entre estes dois protagonistas terá lugar uma violenta disputa pela hegemonia na Europa que marcará grande parte do século XVI, cabendo à Itália o estatuto de palco por excelência do conflito com o desenvolvimento das *Guerras de Itália* (1494-1559)¹⁶. Ainda que num primeiro fulgor a França tome a dianteira, após a eleição imperial de Carlos V (1500-1558)¹⁷, em 1519, a Espanha assumirá a primazia na contenda. No entanto, o que sobressai de todo este longo processo é a manifesta prioridade da procura do equilíbrio de poder. Esta será, de facto, a chave do destino político da Europa, com consequências marcantes no que respeita à diplomacia e às relações externas entre as nações.

Embora travada entre a França e a Inglaterra, a *Guerra dos Cem Anos* (1337-1453) estendeu a sua mensagem de que o sistema feudal era já anacrónico a

14 *Memórias*, fl. 139v.

15 Consulte-se, para aprofundar este tópico fundamental, TENENTI, Alberto, *La formación del mundo moderno, Siglos XIV-XVII*. Barcelona: Editorial Crítica, 1985; DELUMEAU, Jean, *A Civilização do Renascimento*. Lisboa: Edições 70, 2004; HALE, John Rigby, *A Civilização Europeia no Renascimento*. Lisboa: Editorial Presença, 2000, pp. 23-142; ROMANO, Ruggiero y TENENTI, Alberto, *Los fundamentos del mundo moderno. Edad Media tardía, Renacimiento, Reforma*, Historia Universal Siglo XXI, vol. XII. Madrid: Ediciones Castilla, 1971; GREEN, V. H. H., *Renascimento e Reforma*. Lisboa: Dom Quixote, 1991.

16 Cf. GREGOROVIVUS, Ferdinand, *Storia di Roma nel medioevo*, vol. VI, 1503-1534. Roma: Newton Compton Italiana, 1972.

17 Rei de Espanha, como Carlos I, de 1516 a 1556, data em que abdica a favor do seu filho, Filipe II; Sacro Imperador Romano-Germânico, como Carlos V, entre 1519 e 1555, data em que abdica a favor do irmão mais novo, Fernando I. Entre os muitos estudos evocativos da figura do imperador destacam-se os seguintes: ERNEST CEBRIÀ, *El imperio de Carlos V: las coronas y sus territorios*. Madrid: Península, 2002; FERNÁNDEZ ALVAREZ, Manuel, *Carlos V*. Madrid: Publicaciones Españolas, 1974; ERLANGER, Philippe, *Carlos V*. Madrid: Ediciones Palabra, 2000; CHAUNU, Pierre, *La España de Carlos V*, 2 vols. Barcelona: Península, 1976; PRUDEN-CIO DE SANDOVAL, *Historia de la Vida y Hechos del Emperador Carlos V*, 3 vols., Carlos Seco Serrano (edición y estudio preliminar). Madrid: Ed. Atlas, 1955-1956.

grande parte do *Velho Continente*. O binómio centralização/autoridade régia e o desenvolvimento da consciência geral da figura institucional do Estado constituíam os fundamentos inequívocos do tempo vindouro, como a realidade política resultante da ação das Casas reinantes europeias não se cansava de mostrar a cada ano que passava. E, neste âmbito, os dispositivos administrativo¹⁸ e simbólico do poder ganhavam uma importância inédita.

Em todo este complexo percurso, a sede da Cristandade ganha uma importância exponencial¹⁹, como, aliás, podemos verificar pelo testemunho do viajante português, claramente seduzido pela monumental urbe desde o primeiro momento em que com ela contacta:

“E este hee grande fauor. as musicas, danças, comedias, E outros modos de prazer que buscam nom se podem dizer. por que a Jente hee muita E Rica, E as envenções de folguar muitas em demasia.”²⁰

Populosa, multifacetada, internacional e cosmopolita, a sempre impressionante Roma lidera quer na esfera do espiritual, a sua essência e natureza de base, quer em termos políticos. Por isso ela é *Caput Mundi*. Nenhuma outra urbe a ela se compara, seja Lisboa, Sevilha, Paris ou Londres. Ou até mesmo Jerusalém e Constantinopla, ambas em poder muçulmano e por isso mesmo inscritas no universo do apenas imaginado.

É na *Cidade Eterna* que se decidem as grandes disputas europeias, ainda que tenham lugar nos mais distantes pontos do globo (como o Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494, demonstra).

De forma emotiva mas bastante objetiva, o autor dá enfim a ver no seu texto como a *mirabili urbe* projeta a sua centralidade em três vertentes principais.

Em primeiro lugar, enquanto sede espiritual do mundo cristão. Afinal, é na sua condição de topónimo central do imaginário coletivo da comunidade dos

18 Em particular ao nível fiscal e militar.

19 Das festas à política e à arquitetura, passando pela nuclear faceta religiosa, a bibliografia sobre Roma na aurora do século XVI é vasta. No entanto, salientamos os seguintes textos: PROIA, Alfredo, *Roma nel Rinascimento*. Roma: Tipografia Agostiniana, 1933; STINGER, Charles L., *The Renaissance in Rome*. Bloomington: Indiana University Press, 1998; LEE, Egmont (a cura di), *La popolazione di Roma nel Rinascimento*. Roma: Università La Sapienza, 2006; COHEN, Elizabeth S.; COHEN, Thomas V., *Daily Life in Renaissance Italy*. Westport: Greenwood Press, 2001; CRUCIANI, Fabrizio, *Teatro nel Rinascimento: Roma 1450-1550*. Roma: Bulzoni, 1983; HEERS, Jacques, *La Roma dei papi ai tempi dei Borgia e dei Medici, 1420-1520*. Milano: Biblioteca Universale Rizzoli, 2001; DELUMEAU, Jean, *Rome au XVIe siècle*. Paris: Hachette, 1975; VISCEGLIA, Maria Antonietta, *La città rituale: Roma e le sue cerimonie in età moderna*. Roma: Viella, 2002; BIAGI, Maria Cristina, *Il carnevale romano*. Roma: Ass. alla Cultura, 1988; PORTOGHESI, Paolo, *Roma del Rinascimento*, 2 vols. Milano: Electa, 1971; PARTNER, Peter, *Renaissance Rome 1500-1559: A Portrait of a Society*. Los Angeles: University of California Press, 1979; PASCHINI, Pietro, *Roma nel Rinascimento*. Bologna: Cappelli, 1940; PETTINELLI, Rosanna, *Tra antico e moderno: Roma nel primo Rinascimento*. Roma: Bulzoni, 1991; GENSINI, Sergio, *Roma capitale (1447-1527)*. Roma: Pacini, 1994.

20 *Memórias*, fl. 183v.

fiéis que se alicerça o seu simbolismo arquétipo, bem como o seu estatuto de modelo para os *peregrini* na terra – no lugar onde faleceu o fundador da Igreja, o papa Júlio II (1443-1513, pontífice desde 1503)²¹ faz edificar “a Igreja de sam Pero, que acabandosse seraa a moor edefição de Igreja do mundo”²².

Depois, como o maior centro cosmopolita da Europa, verdadeiro ícone cultural e artístico do Renascimento. O viajante flaviense simplesmente rende-se à cativante energia e tentadora animação profana da *Cidade Eterna*, ao ponto de declarar que “por Jsso hee Roma cabeça das çidades do mundo, que o que em outras partes seria grandemente estranhado E avido por desonesto, se tem ali por gentileza louvor E honrra E nobreza da corte”²³,

Finalmente, na qualidade de grande eixo político da Europa, no qual todas as nações cristãs ocidentais de alguma forma se vão mostrar, conseguir informações e “observar” os adversários e potenciais aliados. Se querem fazer valer as suas pretensões internacionais, as Casas reinantes têm forçosamente de passar por Roma. É um dado incontornável, como D. Manuel tão bem sabe²⁴.

Como já referimos, ainda que os programas de domínio universal promovidos pelo papa e o imperador não tenham resultado, o facto é que o primeiro ainda desempenha um papel central nos negócios – nomeadamente nas disputas – internacionais. O seu peso em termos de reconhecimento internacional não pode deixar de ser tido em conta pelos grandes senhores da Cristandade.

Não é, pois, de estranhar que, apesar de o fogo da *Christianitas* se encontrar indiscutivelmente debilitado, o referencial romano continue a impor-se no panorama político e geoestratégico da Europa: “tendo tristão da cunha os negoçios acabados como compria a seruiço del Rei partiosse de Roma na fim de maio. E atee embarcar suas cousas foram prosperas”²⁵.

Nomeadamente através da descrição das embaixadas de obediência, o autor das *Memórias* constrói e divulga ao único destinatário do seu texto uma imagem da cidade de S. Pedro enquanto incontornável centro de poder e de preponderância política. Até porque, não podemos nunca esquecer, Roma é a capital dos Estados Pontifícios, assumindo-se nessa medida, em perfeito paralelo com as monarquias nacionais, como axioma do poder político secular.

21 Nascido *Giuliano della Rovere*, este frade franciscano, sobrinho do papa Sisto IV (1414-1484, pontífice desde 1471), foi nomeado cardeal em 1471, pouco depois de o seu tio ascender ao pontificado. Ficou conhecido como “o Papa guerreiro” ou “o Papa terrível”.

22 *Memórias*, fl. 169r.

23 *Memórias*, fl. 183v.

24 Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, *Contribuição para o Estudo dos Correios entre Portugal e Roma no Século XVI*, Sep. *Arquivos do Centro Cultural Português*, 1. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian (Centro Cultural Português), 1969, pp. 463-467; CARDIM, Pedro, “A prática diplomática na Europa do Antigo Regime”, in *História e Relações Internacionais. Temas e Debates*, Luís Nuno Rodrigues e Fernando Martins (ed.). Lisboa: Edições Colibri – CIDEHUS-Universidade de Évora, 2004, pp. 11-53.

25 *Memórias*, fl. 200v.

“em Roma fazia [o papa Júlio II] huns grandissimos paços pera se apousetarem nelles todolos ofiçiaes da curia Romana, scilicet, guovernador, auditor da camara, auditores da Rota, Regente com todos seus notairos E ofiçiaes, pera que os neguoçantes nam padeçessem tanto detrimento em suas demandas E despachos como aguora se faz. ca polla çidade ser grande E os ofiçiaes espalhados nom podem sem grandissimo trabalho suprir a Requerer sua Justiça, assi no Jnuerno que são os dias pequenos, como nos grandes que são de mortaes calmas que os mata fazendo exercício mais do que Roma Requere.”²⁶

Em suma, nas mais variadas facetas, a *Cidade Eterna* é superlativa, monumental e sobredimensionada: “sam João de latrão que hee cabeça de totalas JgreJas do mundo”²⁷; “Rua de bancos que hee a mais Rica Rua que pode aver no mundo”²⁸; “E querendo o papa Jullio fazer esta JgreJa [S. Pedro] a mais sumptuosa E grande de totalas do mundo”²⁹; “o papa alexandre sexto fez [...] a Rua alexandrina que aguora hee das mais fermosas Ruas que pode aver no mundo”³⁰.

Tudo nela, dos palácios aos jardins, passando pelas fontes e templos religiosos, é de louvar e admirar. E tudo nela evoca a arte e a cultura.

As festividades e celebrações que marcam de forma quase constante o quotidiano romano – em particular as embaixadas ao papa, as procissões religiosas e o Carnaval – não deixam ninguém indiferente, independentemente da nacionalidade, do credo e do sexo:

“E todos estes oito dias quasi se coRem paleos, os quaes estão fixados Junto dos paços do papa. E os que coRem saem do campo de frol, E coRem toda a Rua de bancos E passam ha ponte adriana ou de santangelo E a Rua alexandrina E terreiro que estaa diante da JgreJa de são pedro atee chegar ao paleo. E aquelle que o primeiro toca com a mão, ho leua. E o senador de Roma que estaa presente ho daa. E o vencedor torna polas sobreditas Ruas com seu paleo aleuantado triunfando da vitoria que ouve // E per totalas outras de Roma. aquelle ano ouve novidades de paleos, scilicet, de bufalos, de asnos, de Judeus, de molheres pubriças. coReram bufalos nos quaes vão caualgando Romanos mui príncipaes com mascaras.”³¹

Aqui tudo se pode obter: privilégios especiais, benefícios vários ou o perdão pelos pecados cometidos. Os motivos de entretenimento são múlti-

26 *Memórias*, fl. 169r.

27 *Memórias*, fl. 159v.

28 *Memórias*, fl. 179r.

29 *Memórias*, fl. 190v.

30 *Memórias*, fl. 191v.

31 *Memórias*, fl. 181v e fl. 182r.

plos e fervilhantes. E o fausto, do vestuário às joias, sem limites. Tudo nesta cidade é um espetáculo único:

“este dia comem os cardeaes E os senhores Romanos aquelle manjar de cezilia que se chama macarone o qual hee feito de massa de queijo. E mandam huns aos outros grandes baçios daquela Jguaria como as comadres fazem em portugual com suas filhoos douos”³²;

“estas Ruas sam Repartidas antre os cardeaes // pera as mandarem apartamentar de suas tapeçarias. E hee cousa fermosa de ver tanta avondança de Ricos E diuersas estorias de panos.”³³

Tendo como princípio orientador a observação empírica, o testemunho do viajante flaviense não deixa lugar para dúvidas: Roma domina bem alto nos alvares da inquieta centúria de Quinhentos, revelando a cada instante ao mundo a sua vocação natural de capital renascentista e da Cristandade. Reside, aliás, aqui boa parte do perfil pedagógico e, consequentemente, humanista das *Memórias* e do seu autor.

3. O NASCIMENTO DA MODERNA DIPLOMACIA

Na Itália da viragem do *Quattrocento* para o *Cinquecento* assiste-se ao nascimento da moderna diplomacia e ao seu absoluto enquadramento na política de poder em franca promoção pelas mais diversas formas de Estado, desde principados a repúblicas, passando por regimes e monarquias senhoriais ou despóticas de modelo europeu³⁴. E Roma, naturalmente, assume o papel de cenário por excelência deste processo.

O autor demonstra por diversas vezes a importância crescente (podemos mesmo dizer, sem precedentes) da atividade diplomática no quadro da delicada estruturação das relações internacionais que caracterizavam a política no *Velho Continente*³⁵. Mostra, nomeadamente, como a negociação externa é cada vez mais indispensável num cenário político pautado pelo diálogo frágil, em última análise, corporalizado no sucessivo instituir de alianças, acordos e coligações entre os vários protagonistas envolvidos no jogo de poder que tinha sede na península itálica³⁶.

32 *Memórias*, fl. 182v.

33 *Memórias*, fl. 204v e fl. 205r.

34 Em 1421, dá à estampa o *Estatuto Fiorentino dos Embaixadores*, o mais antigo da Europa. É igualmente na península italiana que surge a apresentação de credenciais aos chefes de estado, uma das principais práticas da diplomacia moderna. Por outro lado, Francesco Sforza (1401-1466), duque de Milão e fundador da dinastia Sforza, é o primeiro a estabelecer embaixadas permanentes em outros estados do Norte da Itália.

35 Exemplo maior é a descrição que opera do leque de conflitos protagonizado pelo papa Júlio II. Cf. SHAW, Christine, *Julius II: The Warrior Pope*. Oxford: Blackwell Publishers, 1996; CLOULAS, Ivan, *Giulio II*. Roma: Salerno Editrice, 1990.

36 Cf. MATTINGLY, Garrett, *La diplomacia del Renacimiento*. Madrid: Instituto de Estudios

Também no quadro daquele que podemos considerar um dos melhores exemplos fornecidos pelas *Memórias* de arbitragem de conflitos internos no espaço da Cristandade pelo papado, o autor faz sobressair o desempenho central da diplomacia no início do século XVI – neste caso específico, em estreita associação com a centralidade romana. Trata-se da intervenção internacional de Leão X, que coloca um ponto final na guerra civil que então devasta o reino da Hungria³⁷:

“O cardeal destriguonia se partio neste tempo pera vngria com poderes de leguado alatere, E bula de cruzada contra turcos, a qual se preeguou. E el Rei despois de ter o dinheiro que se della ouve em sua mão, fez paz com os turcos por certos anos. E escandalizado o pouo de çessar a guerra contra os Infiees, E Reter el Rei o dinheiro da cruzada, se aleuantaram contra elle, dizendo que fizesse loguo a guerra, ou posesse ho dinheiro em mãos de quem elles ordenassem. foi esta contenda tanto avante que a guerra se começou antre elles tam braua que o pouo ençaRou el Rei em huma çidade. [...] E estando assi el Rei em tam extrema neçessidade escreueo ao papa dandolhe conta de sua fortuna pedindolhe que mandasse por Remedio nisto E sua santidade mandou nunçios que os poseram em paz.”³⁸

4. AS EMBAIXADAS DE OBEDIÊNCIA AO PAPA

Com origens no mundo medieval, a embaixada de obediência ao papa, ou seja, o ato de um monarca de, através de um seu embaixador, mostrar a sua reverência para com o (novo) pontífice, é uma cerimónia que, na viragem do século XV para o século XVI, sofre uma transformação ao nível, sobretudo, dos objetivos e do impacto político e cultural³⁹. Tal deve-se ao facto de acompanhar em paralelo toda uma profunda mudança, quer na forma de fazer diplomacia, quer no jogo político praticado entre as emergentes potências europeias. Em ambos os casos, a Itália constituir o pano de fundo para tal processo apenas acentua a dimensão dessa transformação⁴⁰.

Políticos, 1970; *Les Relations diplomatiques au Moyen Âge. Formes et enjeux*, Société des Historiens Médiévistes de l'Enseignement Supérieur Public (SHMESP). Paris: Publications de la Sorbonne, Histoire ancienne et médiévale, 2010; MALLETT, Michael, *Diplomacy and War in Later Fifteenth-century Italy*. London: British Academy, 1983; ANDRETTA, Stefano (dir.), *Paroles de négociateurs: l'entretien dans la pratique diplomatique de la fin du Moyen âge à la fin du XIXe siècle*. Rome: École française de Rome, 2010.

37 À época o rei da Hungria era Vladislau II (1456-1516), rei da Boémia desde 1471 e da Hungria desde 1490.

38 *Memórias*, fl. 203r.

39 Consulte-se CARRIÓ INVERNIZZI, Diana, “La embajada de obediencia del duque de Segorbe y Cardona al papa Clemente X (1671)”, in *Rivista Storica Italiana*, 2014 (2), pp. 319-341.

40 Veja-se BELY, Lucien, *L'Art de la paix en Europe. Naissance de la diplomatie moderne XVIe-XVIIe siècle*, op. cit.; CARDIM, Pedro Almeida, “A diplomacia portuguesa no tempo de D. João III: Entre o Império e a Reputação”, in *D. João III e o Império – Actas do Congresso Internacional*

Com efeito, doravante, as embaixadas de obediência passam de uma forma solene de vassalagem dos príncipes ao papa a um extraordinário e eloquente meio de divulgação e propaganda ideológica das Casas reinantes⁴¹.

Neste quadro, a embaixada enviada por D. Manuel I de Portugal ao papa Leão X, e que desfilou na *Cidade Eterna* a 12 de março de 1514 constitui um exemplo paradigmático. Mais ainda, como o autor das *Memórias* dá a ver, representa o genuíno arquétipo da mutação sofrida pelas embaixadas de obediência na aurora do século XVI, pois tudo o que a envolve obedece a uma lógica diversa da praticada nos séculos anteriores.

Mas o inominado autor flaviense, para além das embaixadas lusas, à primeira das quais atribui uma atenção muito especial, assinala no seu texto outras comitivas de obediência ao papa, nomeadamente, a dos maronitas⁴² e a do rei da Polónia Sigismundo I, o *Velho* (1467-1548, rei desde 1506)⁴³. Refere também, ainda que sem pormenor mas com importante significado, a entrada do cardeal Gurgensis em Roma⁴⁴ para dar obediência ao papa da parte do imperador Maximiliano I de Habsburgo (1459-1519, sacro-imperador desde 1508)⁴⁵, bem como o encontro entre Francisco I de França (1494-1547, rei desde 1515) e Leão X, no qual o primeiro deu obediência ao pontífice⁴⁶. Por último, apenas de passagem, nomeia as embaixadas de Florença, Sena e Saboia.

Na medida em que se inscreve no círculo da comitiva diplomática e do cerimonial da representação pública do poder, também a delegação do cardeal húngaro de Strigonia⁴⁷ é alvo de uma especial atenção pelo autor.

De salientar que a descrição destas delegações de obediência à cúria pontifícia – nas quais a festa, a propaganda ideológica e a simbologia do poder se

Comemorativo do Seu Nascimento, Lisboa, 2004, Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos (dir.). Lisboa: Centro de História de Além-Mar e CEPCEP, 2004, pp. 627-660; *Idem*, “A prática diplomática na Europa do Antigo Regime”, *op. cit.*; *Idem*, *Embaixadores e representantes diplomáticos da coroa portuguesa no século XVII*, Sep. *Cultura*, 15. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2002; *Idem*, “Politics and Power Relations in Portugal (Sixteenth-Eighteenth Centuries)”, Sep. *Parliaments, Estates and Representation*, 13 vol., n.º 2, 1993, pp. 95-108.

41 Cf. CARDOSO, Arnaldo Pinto, *A Presença Portuguesa em Roma*. Lisboa: Quetzal, 2001, pp. 47-67.

42 A Igreja maronita é uma Igreja católica oriental *sui juris*, ou seja, uma Igreja em plena comunhão com a Sé Apostólica que reconhece a autoridade do Papa, o Sumo Pontífice da Igreja católica. Cf. *Memórias*, fl. 181r e fl. 181v.

43 A referência nas *Memórias* à embaixada de obediência ao novo pontífice em representação da Polónia reveste-se de uma singularidade: o autor utiliza-a como referencial comparativo com a embaixada liderada por Tristão da Cunha. O objetivo é reforçar a legitimidade da política externa de D. Manuel e, sobretudo, da representação do seu poder em Roma. Cf. *Memórias*, fl. 202v.

44 *Memórias*, fl. 204r.

45 Filho do imperador Frederico III (1415-1493, imperador desde 1452) e da imperatriz D. Leonor de Portugal (1434-1467, imperatriz desde 1452).

46 *Memórias*, fl. 211r e fl. 211v.

47 *Memórias*, fl. 164r e fl. 164v.

apresentam como núcleos estruturantes – constitui um exemplo paradigmático no seio das *Memórias* da importância crescente da atividade diplomática no desenvolvimento político da Europa dos alvares do século XVI.

5. A EMBAIXADA DE OBEDIÊNCIA DE PORTUGAL A LEÃO X (1513-1514)

O viajante luso descreve com detalhe e natural fervor a primeira embaixada enviada por D. Manuel a Leão X, a qual desfilou em Roma perante o pontífice a 12 de março de 1514. A sua atenção é tal que inclui no seu relato a carta que Alberto de Carpi (1475-1531)⁴⁸, embaixador em Roma do Sacro Imperador Romano-Germânico Maximiliano I de Habsburgo, escreveu ao seu senhor, relatando minuciosamente a embaixada de Tristão da Cunha (c. 1460-1540)⁴⁹.

A descrição do autor flaviense complementa um diferenciado *corpus* documental constituído, sobretudo, pelos registos epistolográficos coetâneos remetidos de Roma por embaixadores e participantes na embaixada⁵⁰ (nomeadamente, a missiva do embaixador português João de Faria, enviada para o reino apenas seis dias após o desfile da embaixada, a comunicação de Nicolau de Faria, remetida no mesmo dia da do embaixador, e a correspondência de Tristão da Cunha, enviada para Lisboa, para o secretário de Estado António Carneiro, um mês decorrido sobre o desfile)⁵¹ e pelas narrativas de Damião de Góis, a deste em grande parte baseada nas supracitadas missivas, e de D. Jerónimo Osório (1506-1580).

A grande diferença entre o texto do Fidalgo e as redações acima nomeadas reside no facto de aquele não estar preso a nenhum ditame oficial, pelo que o autor pôde enveredar por uma narrativa mais descomprometida, livre até. Não existe qualquer condicionamento provocado pela expectativa *a priori* da leitura

48 Humanista e diplomata, Alberto Pio III de Carpi foi um príncipe italiano íntimo dos papas Médici e amigo de Pietro Bembo (1470-1547, cardeal desde 1538) e Ludovico Ariosto (1474-1533).

49 Cavaleiro do conselho de D. Manuel I, explorador, comandante naval e embaixador. Cf. ANDRADE, António Alberto Banha de, *História de um Fidalgo Quinhentista Português, Tristão da Cunha*. Lisboa: Instituto de História Infante Dom Henrique, 1974.

50 Cf. “Carta do Doutor João de Faria a el-Rei, 1514 – Março 18”, in *Corpo Diplomático Português: Contendo os Actos e Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as Diversas Potências do Mundo desde o Século XVI até os Nossos Dias*, vol. I, Luís Augusto Rebelo da Silva (ed.). Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1983, pp. 234-238; “Carta de Nicolau de Faria a el-Rei. 1514 – Março 18”, *ibidem*, pp. 238-242; “Carta de Tristão da Cunha ao secretário de estado. 1514 – Abril 11.”, *ibidem*, pp. 242-243.

51 “O doutor João de Faria foi o primeiro embaixador português junto do Papado (23 Fev. 1512 a Nov. 1514). A sua carta dá conta ao Rei da organização do desfile e da afluência de gente para o observar. Por seu turno, Nicolau de Faria, estribeiro-pequeno do Rei, que teve por especial função acompanhar e zelar pelo elefante, dedica a maior parte do seu relato à dificuldade que foi conduzir o animal desde o desembarque até Roma, perante a multidão que afluía para o ver. A 11 de Abril Tristão da Cunha faz um balanço da importância da embaixada e queixa-se das despesas que ela lhe vem custando, referência a que Garcia de Resende voltará a fazer menção numa das raras alusões à ida a Roma.” GOUVEIA, António Camões, “De Lisboa a Roma para mostrar a Índia”, in *Noesis*. Lisboa, 1992, n.º 22, p. 24.

por parte de uma entidade oficial – quase sempre o monarca e os seus representantes administrativos de referência, como é o caso do secretário de Estado⁵².

Por outro lado, o facto de ter assistido em primeira mão aos eventos e redigir o seu testemunho não muito depois garante ao mesmo um elevado valor histórico-cultural, expresso, por exemplo, no pontuar do texto com diversos pormenores antropológicos e etnográficos, os quais, por sua vez, além de dinamizarem o discurso e emprestarem vivacidade e colorido ao mesmo, humanizam a narrativa no seu todo⁵³.

Após uma sumária menção à chegada da comitiva a Itália e às condições em que a mesma ocorre⁵⁴, o autor salienta a expectativa por parte dos senhores romanos:

“E nos dias que se deteueram sem fazer mostra da embaixada, as Irmãs do papa E muitos grandes senhores e senhoras foram ver o pontifical que el Rei mandaua A see apostolica, ho qual guarçia de Resende secretario da embaixada que ho tinha em poder amostraua a todos. E elles ficauam maravilhados da grande Riqueza das peças polla multidão do alJofre de que erão cubertas, E de muitos Robis e pedras preçiosas que nelle hião. E pollo consequente foram ver o alifante que ficara fora da çidade, por ser cousa nam vista em Roma segundo se dizia do tempo de Jullio çesar, nem em toda Jtalia, senam hum que avia poucos anos que viera a lombardia.”⁵⁵

Em seguida, destaca a diversidade e o requinte da assistência: “todos los prelados E patriarchas, arçebispos E bispos, E os embaixadores do emperador E dos Reis E a familia do papa E todas as dos cardeaes erão hidos ao Reçeber”⁵⁶.

52 Cf. JAUSS, Hans Robert, *Toward an Aesthetic of Reception*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1985, pp. 3-45. Segundo este autor, as perspectivas de receção de um texto determinam, num período cronológico onde se inclui o dealbar da modernidade, a produção do próprio texto. A sua tese baseia-se no conceito central de *horizonte de expectativas*, que se define pelo conjunto de expectativas culturais, políticas, éticas e literárias manifestadas pelos leitores no preciso momento histórico em que o texto surge. Jauss defende que, para além da tradicionalmente aceite estética de produção e representação, existe outra ainda mais determinante, pois, situada a um nível profundo, está na base dessa própria produção: uma estética de receção e influência. Esta estética tem por alicerces a precedente experiência do público leitor e, sobretudo, o seu horizonte de expectativas relativamente ao texto que está para vir. Este estado mental predispõe e influencia o autor durante o próprio processo de conceção do texto.

53 Torna-se, a este respeito, pertinente a interpretação de Jaume Aurell que salienta como a narrativa histórica tem sempre relações intrínsecas com o contexto e respetivas condições sociais e políticas em que é produzida. Cf. AURELL, Jaume, “El Nuevo Medievalismo y la interpretación de los textos históricos”, in *Hispania*, Revista Española de Historia, Universidad de Navarra, vol. LXVI, n.º 224, septiembre-diciembre, 2006, pp. 809-832.

54 *Memórias*, fl. 178r.

55 *Ibidem*.

56 *Memórias*, fl. 178r e fl. 178v.

Depois, com a emotividade própria de quem assistiu ao acontecimento, descreve a entrada da embaixada, com particular atenção para a ordem e a organização⁵⁷. E continua com o narrar da magnificência e colorido do cortejo que atravessa a cidade rumo ao castelo de Santo Ângelo, onde o papa espera para assistir ao desfile⁵⁸:

“o dia que avia de ser sua entrada se foi o papa com muitos cardeaes ao Jardim do castelo de santangelo E se pos a huma Janella donde se vee toda a Rua alexandrina ataa o sacro palácio.”⁵⁹

Após apontar a pompa emprestada pelos músicos⁶⁰, passa a apresentar o índio e a onça, dois dos principais focos de exotismo da embaixada: “E o Indio com a onça nas ancas do caualo vestido de seda”⁶¹.

Foca em seguida a fidalguia esplendorosamente trajada⁶²: Garcia de Resende (1470-1536), secretário da delegação⁶³, e os embaixadores propriamente ditos – Tristão da Cunha, embaixador da delegação, João de Faria, embaixador em Roma⁶⁴, e Diogo Pacheco, orador da embaixada e responsável pela comunicação oficial:

“E portugual Rei darmas vestido de borcado E os fidalguos que erão bõa copia, em mulas de mui Ricas guarniçoens, E de suas pessoas mui Ricamente vestidos, E guarnidos de muitos firmaes de pedras de grande estima E colares mui Ricos em demasia, çintos, espadas, E punhaes de ouro de mui custosos lauores. Respondendo totalas peças que leuauão humas com as outras”⁶⁵;

57 *Memórias*, fl. 178v.

58 *Memórias*, fl. 178r e fl. 178v.

59 *Memórias*, fl. 178r.

60 *Memórias*, fl. 178v.

61 *Ibidem*.

62 *Ibidem*.

63 “guardia de Resende do teor dos outros, E por ser secretario da embaixada vinha soo, no lugar que lhe foi dado pollo mestre das çerimonias. E parecia vindo mui bem, por que vinha de sua pessoa Ricamente vestido E trazia hum mui bem obrado colar guarneçido de pedras E perlas de muito valor. E doze moços em torno de si bem atauados”. *Ibidem*.

64 João de Faria foi o primeiro embaixador residente português na cúria papal. Nomeado por D. Manuel, ocupou o cargo entre fevereiro de 1512 e novembro de 1514, data em que foi sucedido pelo célebre D. Miguel da Silva (1480-1556). Embaixador permanente em Roma entre 1514 e 1525, D. Miguel da Silva foi um dos diplomatas e intelectuais portugueses mais eminentes do Renascimento. Foi bispo de Viseu, em 1526, e cardeal da Igreja Católica Romana, em 1539. Cf. DESWARTE-ROSA, Sylvie, *Il Perfetto Cortegiano D. Miguel da Silva*. Roma: Bulzoni, 1989; Idem, *La Rome de D. Miguel da Silva (1515-1525)*, Sep. *O Humanismo Português 1500-1600*. Lisboa: Academia das Ciências, 1988; Idem, *Un nouvel Age d’Or: la Glorie des portugais à Rome sous Jules II et Léon X*, Sep. *Congresso Internacional Humanismo Português na Época dos Descobrimentos*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1993.

65 *Ibidem*.

“atraz dos sobreditos vinhão os embaixadores, scilicet, tristão da cunha em meo de João de faria estante Em Roma E dioguo pacheco orador. o qual tristão da cunha vinha em hum ginete Ruço pombo mui bem aJaezado E elle com huma opa de borcado de pelo que lhe aRastraua pollo chão E hum sombreirete forrado ou cuberto de veludo negro E de grossas perlas que foram dalguns estimadas em quinze mil ducados. E os ditos doutores João de faria E dioguo pacheco Ricamente vestidos E encavalguados.”⁶⁶

Pelo meio evoca a grande atração da embaixada: o elefante Hanno, em cujo dorso, num cofre de luxo e riqueza ímpares, está o pontifical, a outra grande oferenda ao novo pontífice:

“vinha mais o alifante com albardilha de borcado sobre o qual hia hum cofre grande de çetim cremesim com lauores de crauação dourada no qual vinha medido o pontifical E ornamentos. E o dito cofre vinha cuberto de hum Reposteiro de borcado bandado de quartapisas de veludo cremesim que aRastraua pollo chão. E o alifante trazia as armas del Rei Ricamente brosladas na testa. ao pescoço huma grande campainha de prata. E o Indio que ho guovernaua vestido de seda com hum bastão na mão guarneçido de prata.”⁶⁷

Destaca igualmente o *mahout*⁶⁸ indiano, outro elemento exótico reflexo da gesta lusa no além-mar. É ele quem conduz o admirável animal.

Perto do elefante surge Nicolau de Faria, guarda do mesmo, equiparado pela sua aparência insigne aos restantes fidalgos: “E vinha Junto do alifante nicolao de faria estribeiro pequeno del Rei em hum ginete Ruço pombo com hum Jaez Rico. E elle de sua pessoa vestido como os fidalguos”⁶⁹.

Por fim, a referência aos “embaixadores do emperador E dos Reis E das senhorias que erão estantes em Roma, E grande multidão de prelados E dinidades E de outros senhores eclesiasticos E seglares que os sahiam a Reçeber, os seguiam em singular ordenança. parecia tam Rica E fermosa companhia ca toda Roma coRia a velos”⁷⁰.

Sem esquecer o povo, base da pirâmide social, sempre enquanto espectador, mas cuja presença é imprescindível para garantir o êxito da embaixada: “E era Jente sem conto, mudandosse de humas Ruas As outras per traueßas E lugares donde os melhor podiam ver atee chegar a suas pousadas”⁷¹.

66 *Ibidem*.

67 *Memórias*, fl. 178v e fl. 179r.

68 *Tratador*.

69 *Memórias*, fl. 179r.

70 *Ibidem*.

71 *Ibidem*.

Na descrição da comitiva, o autor privilegia não apenas o que vê, mas também as particulares emoções e atitudes inerentes. E, não raras vezes, com entusiasmo, expresso particularmente nos detalhes sobre o vivido e o observado⁷².

Pela correspondência de embaixadores⁷³ e pela produção cultural e artística dos humanistas, a embaixada do rei de Portugal projetou-se por toda a Europa. Foi ampla e diversificada a memória deixada à Cristandade do carácter verdadeiramente extraordinário da delegação⁷⁴. Como António Camões Gouveia refere:

“Paralelamente dava-se notícia do acontecimento a toda a cristandade. Fizeram-no os poetas romanos, louvando D. Manuel ou o elefante, em epístolas latinas enviadas aos seus correspondentes estrangeiros. Fizeram-no os embaixadores dos diferentes reinos e senhorios, como foi o caso do enviado do Imperador Maximiliano do qual conhecemos o texto. Ainda em 1514 Aurelius Serenus, que terá assistido ao desfile, deixa as suas impressões no *Theatrum capitolinum magnifico*, pondo o acento no exótico elefante, e Marino Sanuto não deixa de anotar no seu *Diarii* valorações da riqueza que de Portugal tinha chegado a Roma.”⁷⁵

Marcantonio Casanova, Janus Vitalis Panormitanus, Joachim Cipeillus, B. Bloisio, Pietro Curzio, Lancelotus Politus, D. Dardanus, Camillo Portio, Evangelista Fausto Maddaleni de Capodiferro, Giovanni Capitone Aretino, Bartolomé de Torres Naharro, Aurelio Sereno, Paulo Giovio (biógrafo do papa), Fabronio (igualmente biógrafo papal), Paride de Grassi (mestre-de-cerimónias na corte de Leão X), Jacopo Sadoletto, Sanuto, Giampietro Piero Valeriano, Polidoro di Albrizzi, Malespini Pasquale, Sebastião Branca Tedallini, J. Cipellus e B. Bloisio foram alguns dos prestigiados escritores coevos, que, da política à poesia, comemoraram a missão de obediência portuguesa, bem como a chegada a Roma do elefante Hanno.

O próprio Leão X redigiria um epitáfio para colocar no memorial ao elefante Hanno concebido, a seu pedido, por Rafael Sanzio (1483-1520), ícone do Renascimento italiano e artista de eleição do pontífice. O memorial foi colocado na parede à entrada do Vaticano, estando hoje perdido.

Hanno foi, de facto, inspiração na pintura e na escultura dos grandes artistas de Quinhentos. Rafael Sanzio pintou-o e utilizou-o largamente como tema. Também Giovanni Barili, mestre das madeiras para a basílica de S. Pedro, elaborou uma reprodução sua, a única hoje conhecida, num

72 *Memórias*, fl. 178r e fl. 178v.

73 Nomeadamente Lippomano, embaixador veneziano, e, como já referimos, Alberto de Carpi, embaixador do imperador Maximiliano.

74 Cf. BEDINI, Silvio A., *The Pope's Elephant: Aspects of Portugal*. Manchester and Lisbon: Carcanet in association with the Calouste Gulbenkian Foundation and the Discoveries Commission, 1997, pp. 59-63 e 238-240.

75 GOUVEIA, António Camões, “De Lisboa a Roma para mostrar a Índia...”, *op. cit.*, p. 24.

dos entalhamentos de uma das portas do Vaticano. Giulio Romano, Giovanni da Udine, Francisco de Holanda, Maarten van Meemskerck são exemplos de outros artistas “subjugados” ao fascínio do elefante branco, em cujas representações se recorreu aos mais diversos meios: fresco, óleo, aguarela, gesso, lápis, tinta, mármore, entalhe.

O deleite do novo pontífice para com tão singular animal, a que deu o nome de Hanno – *Annone* em italiano – e tomou durante quase três anos como mascote, é sinónimo de “conquista” da capital espiritual e cultural da Cristandade. O sucesso do elefante é o sucesso de D. Manuel e de Portugal junto da Santa Sé e perante a Europa. Roma rende-se ao maravilhoso longínquo, agora próximo pela ação dos navegadores portugueses.

Nos primeiros momentos da sua presença em Roma, o elefante foi mantido nos jardins papais do palácio de Belvedere, passando depois para um edifício propositadamente construído para o efeito, situado entre a Praça de São Pedro e o corredor que ligava o Palácio Apostólico ao Castelo de Santo Ângelo (posteriormente e durante algum tempo, este espaço denominar-se-ia *Borgo dell'Elefante*).

Em pouco tempo, o elefante tornou-se num favorito da corte papal, entretenendo e participando em procissões. A carta de agradecimento de Leão X a D. Manuel, datada de 11 de maio de 1514, pela embaixada é a melhor prova deste facto. Nela, o pontífice revela o seu agrado, bem como o da sua corte e do povo romano, pela extraordinária delegação e, em particular, pelo elefante, notável testemunho das ricas terras longínquas ganhas pelos portugueses para a comunidade cristã.

Através desta faustosa delegação ao novo pontífice, D. Manuel I afirmava-se como um dos mais poderosos monarcas europeus. Foi este desígnio propagandístico o objetivo central da embaixada: a configuração viva de um retrato e de uma simbólica de poder, perante a surpresa e o assombro dos vários públicos que a ela assistem nas ruas de Roma⁷⁶.

A embaixada chefiada por Tristão da Cunha traz consigo uma função política e social bem definida. No todo e nas partes, comunica através de várias linguagens: o gesto, o vestuário, o som, os comportamentos humanos e animais:

“cheguando A ponte de sancto angelo [,] onde o papa estaua, mandou Sua Santidade que se deteuesse pera ver ho que o alifante fazia. o Jndio lhe fez fazer muitas mesuras E dar bramidos E tomar aguoa na tromba E deitala aos que o papa mandaua. E deitaramlhe ducados no chão tomauaos com a tromba E dauaos ao Jndio E assi outras moedas dahi pera baixo. E de o alifante entender E fazer todo o que lhe o Jndio mandaua erão o papa E os cardeaes marauilhados.”⁷⁷

⁷⁶ *Memórias*, fl. 178r e fl. 178v.

⁷⁷ *Memórias*, fl. 179r.

A embaixada de 1514 foi também fundamental ao contribuir de forma decisiva para a divulgação da gesta dos portugueses nos oceanos do mundo e para o despertar do interesse das restantes nações europeias pelas navegações lusas. Com efeito, através dos seus diversificados elementos animais, humanos e materiais, a embaixada traz à vida europeia o espanto das realidades extraeuropeias proporcionado pelos descobrimentos marítimos portugueses. Veja-se a seguinte passagem da carta do embaixador do Imperador:

“primeiramente vinhão diante seis trombetas E depois hum Jndio negro sobre hum fermoso caualo ornado de huma sella da India, o qual trazia atras si sobre as ancas do cauallo hua besta semelhaue ao lião pardo, mas de corpo mais gracioso E de muitas E desvairadas cores. a este seguia um alifante bem ornamentado o qual trazia em cima de si hum cofre [...] cuberto de hum pano tecido douro com as armas Reaes que nam tam soamente cobriam ho cofre mas toda a grão besta E grandura do alifante. E ençima hum outro Jndio vestido de huma Roupa de ouro E seda, A palaura do qual a dita besta obedecia. esta besta hia mansamente E despaço. E loguo depois della seguiam algumas azemalas mui fermosas. [...]”⁷⁸

Igualmente revelador é outro trecho da mesma missiva, que destaca a heterogeneidade do público que assistia a tão raro desfile e que, não será errado depreender, fará passar a mensagem acerca do mesmo para os mais diversos destinos europeus:

“todo o pouo vniversal de Roma coRia por ver esta nouidade, o que nam hee maravilha por que pouco ameude se faz que os príncipes emviem leguados a Roma em assi grande Resplendor E manifico aparelho. nem Jamais Roma em o tempo passado quando ella possuia muitas cousas, como quer que a ella viessem muitos alifantes de etiopia E africa, nom veo nenhum das Indias.”⁷⁹

Assim, ao mesmo tempo que o duque de Ferrara mantinha em Lisboa o ativo e célebre agente Cantino, cuja atividade proporcionou ao duque o planisfério que revelava o mundo tal como era conhecido dos portugueses em 1502, e ao mesmo tempo que em Itália eram publicadas obras fundamentais sobre as navegações portuguesas coevas, a embaixada liderada por Tristão da Cunha dava origem a diversas correspondências enviadas de Roma, das quais são bom exemplo a já referida missiva para o imperador Maximiliano I e a carta para a marquesa de Mântua, onde são relatados ao pormenor os episódios do elefante e as suas habilidades. Como refere João Paulo Oliveira e Costa, “é fácil de presumir que muitos outros relatos semelhantes se disseminaram então por Itália”⁸⁰.

78 *Memórias*, fl. 179v e fl. 180r.

79 *Memórias*, fl. 180r.

80 COSTA, João Paulo Oliveira e, *D. Manuel I (1469-1521), Um Príncipe do Renascimento*. Lis-

A embaixada tem um carácter exótico, ou seja, transcontinental. É essa condição de base que a coloca bem acima de todas as outras que em Roma desfilaram perante o novo pontífice no início do século XVI.

Traz consigo os grandes propagadores coevos da fé cristã e as maravilhas encontradas nas regiões recém-descobertas para a Cristandade. Nessa medida é conotada com o longínquo e sedutor mundo além-mar:

“muitos daquelles escudeiros erão negros E crespos E outros trosquiados E nam assi aluos como são os Italianos [...] E os preeguadores principalmente frei Jsidro geral da ordem de sancto agustinho dizia em suas preguações que nam queria alcançar mais bem aventura n este mundo que ser natural portuguez.”⁸¹

É precisamente deste carácter exótico e sem fronteiras que sobreleva a sua funcionalidade propagandística e de símbolo e instrumento de poder. Uma funcionalidade eficaz que veicula a cada momento a imagem de D. Manuel como príncipe cristão todo-poderoso, rodeado do exotismo do mundo, e a quem os mais distantes monarcas prestam vassalagem:

“era el Rei nosso senhor sobre todolos outros tido em maior veneração de catolico E christianissimo E bem aventurado em todas suas cousas como se amos-traua pollas continuas festas que se em Roma faziam das victorias que lhe nosso senhor daua contra os Infiees, assi em africa como na India [,] enRiquecendo os seus E acreçentando seu estado E poderio [...]”⁸²

O mesmo se pode inferir da seguinte passagem do registo epistolográfico que o embaixador De Carpi enviou para o sacro imperador:

“a materia era preçiosa mas a obra sobrepoJaua aa materia, a qual era polla singular Religião E deuação deste príncepe dada. [...] E nam hee de poer em silêncio que haa estendido E engrandeçido nossa Religião com grande gloria atee os guarantes E Jndios. E que assi tanto honrrauam por sua larguesa E liberalidade.”⁸³

Por tudo isto, a embaixada portuguesa transcende a própria ideia tida até então de embaixada de obediência ao papa, pois nem a delegação enviada pelo mesmo D. Manuel a Júlio II, em 1505, apresentava tal fausto, esplendor, exotismo ou mesmo intenção política: “diziam geralmente os velhos que esta era a mais honrrada E Rica embaixada que se acordauam entrar em Roma”⁸⁴.

boa: Círculo de Leitores, 2005, p. 299.

81 *Memórias*, fl. 179r e fl. 179v.

82 *Memórias*, fl. 179v.

83 *Memórias*, fl. 180v.

84 *Memórias*, fl. 179r.

Apesar de, como refere Asensio, Roma constituir então “un paraíso para los aficionados a ceremonias religiosas y desfiles de exóticas embajadas que venían a prestar obediencia al nuevo Pontífice”⁸⁵, a delegação que percorre agora as ruas da urbe é algo inteiramente novo e surpreendente; a comprová-lo estão, como já referimos, a sua ressonância e a herança que deixou na cultura e na arte.

A imagem fornecida pela embaixada de otimismo, prosperidade e poder crescente por parte do rei português expressa, em suma, as ambições políticas – podemos mesmo afirmar, imperiais⁸⁶ – do projeto régio de D. Manuel.

Noutra vertente, tendo em mira assegurar uma posição de neutralidade nos sangrentos e dispendiosos conflitos europeus – um verdadeiro sorvedouro de homens e recursos financeiros –, em particular no que se refere às potências europeias emergentes, a saber, a França e a Espanha, a embaixada de 1514 transmite uma nova imagem da relação entre o poder político português e o poder religioso e temporal da Santa Sé.

Mas, para além destes objetivos de carácter geral, outros, mais concretos, escondiam-se por detrás da embaixada de 1514. Desde logo, a continuação das sessões suspensas do Concílio de Latrão V (1512-1517), onde se debatia a problemática estrutural da Reforma da Igreja. Depois, que fosse estabelecida uma liga defensiva e ofensiva dos reis cristãos para fazer face ao avanço turco que ameaçava a Europa ocidental e, muito em particular, depois de Otranto, a sede da Cristandade. Em seguida, que o papado autorizasse a realização de uma coleta temporária em determinados rendimentos do clero secular e religioso⁸⁷, com o objetivo de financiar as atividades na Ásia e em África. Finalmente, a concessão “das muitas e mui importantes graças especiaes em cujo complexo está envolvido e amplificado o padroado das igrejas do Ultramar, que elle [D. Manuel] então pediu que fosse incorporado á ordem de Christo”⁸⁸.

Em termos gerais, estes propósitos foram alcançados (os dois primeiros perderam validade quando Tristão da Cunha entrou em Roma), revelando-se a embaixada um êxito político, como se pode verificar através das respostas favoráveis de Leão X concretizadas num conjunto de bulas e breves datados de entre 29 de abril de 1514 e 30 de janeiro do ano seguinte⁸⁹.

O próprio Fidalgo aponta o sucesso da delegação ao referir que, “tendo tristão da cunha os negoçios acabados como compria a seruiço del Rei

85 ASENSIO, Eugenio, “Memórias de um Fidalgo de Chaves...”, *op. cit.*, p. 16.

86 Cf. THOMAZ, Luís Filipe, “L’Idée impériale manuéline”, in *La Découverte, le Portugal et L’Europe. Actes du Colloque*, Jean Aubin (ed.). Paris: Centre Culturel Portugais, 1990, pp. 35-103.

87 Cf. ANDRADE, António Alberto Banha de, *História de um Fidalgo Quinhentista Português, Tristão da Cunha*, *op. cit.*, p. 125.

88 RESENDE, Marquês de, “Embaixada de el-rei D. Manuel ao papa Leão X”, in *O Panorama*. Lisboa, 1854, vol. XI (3.ª da 3.ª série), p. 219.

89 Cf. *Corpo Diplomatico Portuguez...*, *op. cit.*, pp. 244-310.

partiosse de Roma na fim de maio. E atee embarcar suas cousas foram prosperas”⁹⁰. E novamente quando destaca que “Conçedidas as sobreditas graças a el Rei, pedio sua alteza ao papa nunçio pera hir a portugual dar as bulas de sua santidade a execução”⁹¹.

Leão X começa por retribuir as oferendas de D. Manuel logo em 29 de abril de 1514, ao assinar uma bula que contribui para o combate português contra os infiéis em África e na Ásia através do lançamento das terças nos frutos e rendas dos Mosteiros e Igrejas de Portugal: “certis decimarum partibus, *tertiis* nuncupatis, in Portugalliae, Algarbiorumque Regnis, caeterisque Provinciis, Insulis et locis tibi subjectis”⁹².

No dia 11 de maio do mesmo ano, o papa oferece a *Rosa de Ouro* ao monarca⁹³ (D. Manuel já havia recebido uma de Júlio II, em 1506), que neste ano era também cobiçada pelo sacro imperador Maximiliano: “sua estada [de Tristão da Cunha] foi em Roma tres meses, por que foi neçessario mandar a el Rei avisos dos negoçios a que viera, E esperar de sua alteza Reposta. no qual tempo lhe foi dada a Rosa pera el Rei”⁹⁴. Esta peça possuía um grande significado simbólico, pois, além de se tratar de um costume ancestral, premiava um Príncipe cristão que tivesse manifestado particular devoção, sobretudo no que dizia respeito à expansão da fé, à causa da Igreja Romana.

Em bula de 7 de junho⁹⁵, Leão X confirma o direito de Padroado espiritual de toda a Igreja e mais benefícios de todas as terras do Ultramar, concedido pelos predecessores aos reis de Portugal, por incorporação na Ordem de Cristo.

Logo a seguir surge a bula *Pro excellenti*, datada de 12 do mesmo mês, criando o bispado do Funchal, com dignidade e cônegos⁹⁶. Esta graça atribuída pelo novo pontífice, como António Banha de Andrade salienta, “parecendo à primeira vista um assunto estritamente eclesiástico, não deixa de provocar profundas repercussões no revigoramento do Estado Português”⁹⁷, dado o avançado estado de desenvolvimento da Madeira, com particular incidência para a cidade do Funchal.

90 *Memórias*, fl. 200v.

91 *Ibidem*.

92 Cf. “Bulla do Papa Leão X dirigida a el-Rei. 1514 – Abril 29”, in *Corpo Diplomatico Portuguez...*, *op. cit.*, pp. 244-248.

93 Cf. “Breve do Papa Leão X dirigido a el-Rei. 1514 – Maio 11”, in *Corpo Diplomatico Portuguez...*, *op. cit.*, pp. 252-253.

94 *Memórias*, fl. 200r.

95 Cf. “Bulla do Papa Leão X dirigida a el-Rei. 1514 – Junho 7”, in *Corpo Diplomatico Portuguez...*, *op. cit.*, pp. 254 ss.

96 Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Bulas*, mc. 20, n.º 34. Veja-se igualmente “Bulla do Papa Leão X. 1514 – Junho 12”, in *Corpo Diplomatico Portuguez...*, *op. cit.*, pp. 257-260.

97 Cf. ANDRADE, António Alberto Banha de, *História de um Fidalgo Quinhentista Português, Tristão da Cunha*, *op. cit.*, p. 129.

Em bula de 14 de setembro, o pontífice concede indulgências aos participantes da expansão⁹⁸. Depois, com data de 24 do mês seguinte, destaca-se a “Carta de notificação da graça concedida pelo Santo Padre, Leão X, como por seus embaixadores fora requerido, havendo respeito ao muito serviço que na guerra dos mouros faziam, com muito trabalho, fadiga, despesa, perigos e mortes, pudesse el-rei haver pelos mosteiros e igrejas, das refeições dos prelados”⁹⁹.

Numa quinta bula, de 3 de novembro, o papa confirma a doação e concessão de Nicolau V (1397-1455, papa desde 1447), Calisto III (1378-1458, papa desde 1455) e Sisto IV de todas as terras e províncias conquistadas e por conquistar, não apenas na Índia mas também em terras desconhecidas¹⁰⁰.

Leão X ofereceu ainda a D. Manuel um volume iluminado, provavelmente um *Livro de Horas*, bem como uma suposta chaminé de mármore branco da autoria de Miguel Ângelo, que terá inicialmente sido montada no Palácio de Almeirim, onde perdurou até ao terramoto de 1755¹⁰¹.

Mas o auge das benesses de Leão X ao rei português acontece quando, a 30 de janeiro de 1515¹⁰², atribui a D. Manuel os prestigiados *Gladius et Pileus* (espada papal e barrete ducal), que constituem à época a mais alta condecoração que um príncipe cristão podia receber do papado, “como símbolos do poder real de campeão da fé na República cristã”¹⁰³. Nunca atribuída a um rei português, o grande valor desta distinção residia, não na “matéria”, mas antes no “mysterio”, como assinalava o próprio pontífice. Dado Tristão da Cunha já ter regressado ao reino, coube a João de Faria ser o portador da distinta oferenda papal¹⁰⁴: “neste tempo deu o papa ho estoque ao doutor João de faria pera el Rei de portugal. E elle se veo mandando sua alteza dom miguel a Roma por seu embaixador”¹⁰⁵.

98 Cf. “Bulla do Papa Leão X. 1514 – Setembro 14”, in *Corpo Diplomatico Portuguez...*, *op. cit.*, pp. 269-271.

99 Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 15, f. 150v.

100 Transcrevendo inclusive as respetivas bulas dos dois últimos pontífices. Cf. “Bulla do Papa Leão X dirigida a el-Rei. 1514 – Novembro 3”, in *Corpo Diplomatico Portuguez...*, *op. cit.*, pp. 275-298.

101 Cf. CARDOSO, Arnaldo Pinto, *op. cit.*, p. 73.

102 “Breve do Papa Leão X dirigido a el-Rei. 1515 – Janeiro 30”, in *Corpo Diplomatico Portuguez...*, *op. cit.*, pp. 309-310.

103 Cf. ANDRADE, António Alberto Banha de, *História de um Fidalgo Quinhentista Português, Tristão da Cunha*, *op. cit.*, p. 129.

104 Cf. “Lembrança de quando El-Rei recebeu a cruzada e a rosa benta que trouxe Tristão da Cunha, e a cerimónia de como a recebeu”, in *Relações de Pero de Alcáçova Carneiro Conde da Idanha do Tempo Que Ele e Seu Pai, António Carneiro Serviram de Secretários: 1515 a 1568*, Ernesto de Campos de Andrada (ed.). Lisboa: Imprensa Nacional, 1937, pp. 196-197.

105 *Memórias*, fl. 211r.

6. A SEGUNDA DELEGAÇÃO DIPLOMÁTICA ENVIADA POR D. MANUEL AO PAPA

Mas o Fidalgo de Chaves dá também notícia, ainda no quadro da embaixada de obediência a Leão X, do envio a Roma por D. Manuel de uma segunda delegação diplomática, onde merecia grande destaque o famoso rinoceronte indiano¹⁰⁶ oferecido pelo rei de Cambaia, em 1514, a Afonso de Albuquerque (1453-1515), então governador do Estado Português da Índia¹⁰⁷.

Infelizmente, o papa nunca chegou a ver o exótico animal vivo, pois a embarcação que o transportava naufragou na costa italiana, em 1516¹⁰⁸:

“el Rei de frança foi loguo hi [...] E chegou a marselha a tempo que vio a nao del Rei de portugal em que mandaua ao papa o Roinaçerom com outras Ricas Joias, o qual Ja a Rainha sua molher fora ver. diziasse que esta fora a causa por que se a nao perdeo esperando mais do que conuinha pera segura naueguação, por que se meteo muito o Inverno E navegando pera Roma perdeosse com tempestade atraves das Ilhas deRadeiras. da Riqueza que leuaua se fala muito em Roma. E muitos foram desta perda tristes polla parte dos presentes que esperauam.”¹⁰⁹

Por esta passagem é possível intuir a grande expectativa que envolvia a chegada desta nau a Roma. Afinal, desde os longínquos tempos do Império romano que a Cidade Eterna não assistia à apresentação de tão estranhos e bizarros animais pelas suas buliçosas ruas. Até o poderoso rei de França – que vinha da campanha pela conquista do ducado de Milão, em setembro de 1515 – se deslocou rapidamente a Marselha para ver o animal que o soberano português enviava ao papa. Isto para além de, como o autor indica, todo um conjunto de “outras Ricas Joias” que integrava as oferendas ao pontífice.

Tendo por referência o êxito da anterior embaixada zoológica a Leão X, esta segunda delegação tinha por objetivo “pressionar” o papado a tomar uma decisão favorável a Portugal na delicada questão da posse das ilhas de Maluco e da demarcação das zonas de influência no Extremo Oriente e no oceano Pacífico.

A partir do momento em que o castelhano Vasco Nuñez de Balboa (1475-1519) atravessou o istmo do Panamá e avistou o *Mar del Sur*¹¹⁰ (1513),

106 Conhecido por “Ganda”.

107 Em 1514, Afonso de Albuquerque enviou embaixadores ao Sultão Muzafar II de Cambaia, pedindo autorização para a construção de uma fortaleza em Diu. A missão não teve sucesso, contudo registou-se a tradicional troca diplomática de oferendas, a qual incluiu um rinoceronte indiano. Albuquerque decidiu enviar o rinoceronte ao Rei D. Manuel I (chegou a Lisboa no dia 20 de maio de 1515), que por sua vez o enviou como presente ao Papa Leão X. Cf. BEDINI, Silvio A., *The Pope's Elephant...*, op. cit., p. 112.

108 Viu-o, posteriormente, mas empalhado, o que ainda assim lhe causou grande espanto, nas palavras do embaixador D. Miguel da Silva.

109 *Memórias*, fl. 211v.

110 Trata-se do oceano Pacífico.

o estatuto de Portugal de potência europeia dominante no outro lado do globo ficou comprometido.

Devido a tal descoberta, os castelhanos tinham agora uma rota potencial, alternativa à portuguesa, para atingirem as ilhas das especiarias, bem como a China. Não querendo perder a oportunidade de garantir o favoritismo do novo pontífice nesta disputa, D. Manuel aproveitou todo o recente apoio publicamente demonstrado pela cúria para enviar uma nova embaixada, agora centrada na oferta de uma figura mítica medieval – o rinoceronte –, que para mais era vista como o inimigo mortal do elefante.

O soberano português pretendia desta forma surpreender politicamente o país vizinho, tomando a dianteira numa contenda diplomática que se revelava da máxima importância geoestratégica. Estava em causa nada menos que consumir um feito diplomático equivalente ao Tratado de Tordesilhas, desta feita para a extremidade oriental do continente asiático e para o oceano Pacífico, através da demarcação de um meridiano entre as zonas de influência portuguesa e espanhola. O objetivo era assegurar o domínio incontestável das ilhas das especiarias situadas para além de Malaca, as Molucas, e possibilitar o acesso livre às costas de Cataio e de Cipango, estabelecendo, na sequência, estratégicos entrepostos comerciais – e se possível militares – nestas paragens longínquas do mundo. Seria a concretização de uma parte importante das já referidas ambições imperiais manuelinas¹¹¹.

Apesar de Roma não ter assistido à entrada do “Roiñaçerom” no seu espaço, esta oferta não deixou de ter impacto na cultura europeia da época. Com efeito, tal evento proporcionou a circulação de um largo número de notícias, constituindo o ponto alto deste fenómeno de divulgação cultural o célebre desenho de Dürer (1471-1528)¹¹². Mostrando um animal nunca visto na Europa desde a Roma dos Césares, a imagem criada pelo gravador, pintor e ilustrador alemão, foi largamente reproduzida e divulgada por toda a Europa.

De salientar que o desenho vinha acompanhado de uma extensa legenda, indicando a primeira linha que o animal fora oferecido ao rei de Portugal. Era, pois, através deste poderoso monarca, a quem reis distantes faziam ofertas tão raras quanto ricas e exóticas, que a Cristandade acedia às estranhas maravilhas naturais do mundo que por esta altura sucessivamente se revelavam aos europeus¹¹³.

111 Cf. THOMAZ, Luís Filipe, “L’Idée impériale manuéline”, *op. cit.*, pp. 35-103.

112 Em 1512, Dürer ascendeu ao cargo de pintor de corte de Maximiliano I. Perfeitamente imbuído do espírito humanista do Renascimento, contactou com diversos pintores e homens de letras, nomeadamente Erasmo de Roterdão.

113 Cf. COSTA, João Paulo Oliveira e, *D. Manuel I...*, *op. cit.*, p. 316.

Conclusão

A delegação que integrava o elefante Hanno representou um marco na história das relações entre Portugal e a Santa Sé, na história da evolução da cerimónia em si (e muito em particular no que respeita às suas repercussões¹¹⁴), na história da prática diplomática e da política externa lusa e, enfim, na história do, podemos dizer, “estatuto” de Portugal na Europa e no mundo.

Fazendo recurso das palavras de Diana Carrió Invernizzi, a célebre embaixada constituiu “un excelente termómetro para medir las relaciones”¹¹⁵ entre Portugal, a Santa Sé e as demais potências emergentes na Europa.

Como as *Memórias* de forma tão evocativa revelam, através de ambos os movimentos diplomáticos, D. Manuel mostra a Roma o seu poderio, em especial o que lhe advinha do domínio do Oriente. Teatralização do poder real? Sem dúvida! Mas com um alcance sem precedentes ao nível dos resultados, pois ambos os cortejos régios, sobretudo o de Tristão da Cunha dae1514, apresentam, além dos atributos do rei de Portugal, os símbolos do seu projeto messiânico e imperial.

Nesse sentido, as comitivas constituem notáveis peça de oratória e de propaganda política e ideológica, pois, como salienta Américo da Costa Ramalho, “a corte papal era uma espécie de fórum internacional onde os países cristãos se encontravam, aproveitando cada um deles a cerimónia de obediência para expor os serviços prestados à cristandade e o seu direito ao reconhecimento colectivo”¹¹⁶. Também o investigador Luís de Matos assinala que “l’apparat fastueux que revêtaient parfois de telles cérémonies leur assuraient une large publicité, car ces ambassades d’obédience ne passaient nullement inaperçues à Rome et du côté portugais on tenait à leur éclat”¹¹⁷.

Noutra vertente, direcionam-se para a implantação de uma ideia central, ao nível cultural e civilizacional: a da entrada, pela mão da intrépida gente lusa e do seu cristianíssimo soberano, numa nova idade de ouro ao nível do conhecimento dos enigmas do mundo. Algo que não acontecia desde o mundo clássico.

Por tudo isto, as embaixadas de obediência de D. Manuel a Roma assemelham-se a um monumental triunfo do rei português e do povo que lidera. Uma extraordinária ostentação simbólica de poder, que, à época, assumia um carácter global, na medida em que envolvia os mais longínquos lugares do mundo, recentemente reequacionado pelas navegações de portugueses e castelhanos.

O rei português dá-se em espetáculo e, à boa maneira da Roma renascentista, o espetáculo é muito bem acolhido.

114 Veja-se VISCEGLIA, Maria Antonietta, *Guerra, diplomacia y etiqueta en la corte de los papas (siglos XVI y XVII)*. Madrid: Ediciones Polifemo, 2010.

115 CARRIÓ INVERNIZZI, Diana, “La embajada de obediencia del duque de Segorbe y Cardona al papa Clemente X (1671)”, *Rivista Storica Italiana*, 2014 (2), p. 322.

116 RAMALHO, Américo da Costa, “Humanismo em Portugal”, in *Para a História do Humanismo em Portugal*, vol. IV. Lisboa: INCM, 2000, p. 28.

117 MATOS, Luís de, *L’Expansion portugaise dans la littérature latine de la Renaissance*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991, p. 163.